

AS MULHERES DA VIA CAMPESINA: PROCESSOS EDUCATIVOS E ORGANIZATIVOS NO BRASIL E CHILE

Sônia Fátima **Schwendler** – UFPR

Agência financiadora: CAPES

Resumo

Neste artigo examinam-se os processos educativos e organizativos da luta das mulheres camponesas que participam da Via Campesina, tendo como referência: no Brasil, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, no Chile, a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)*. Com base na literatura da temática de gênero, movimentos sociais e educação, na pesquisa documental e empírica, realizada em 2011, por meio da história oral, analisa-se o processo pelo qual as mulheres camponesas do Brasil e Chile pautaram a categoria de gênero na agenda de luta do movimento camponês em nível local e transnacional. Argumenta-se que a experiência de participação das mulheres na luta de classe e sua organização a partir de uma leitura feminista geraram um capital político e cultural que possibilitou com que as demandas de gênero fossem identificadas, politizadas e transformadas em estratégias de mutação dos regimes patriarcais de gênero, enraizados na cultura camponesa, na organização do trabalho e na própria luta social.

Palavras-chaves: Via Campesina, movimento social, mulheres, educação, gênero.

AS MULHERES DA VIA CAMPESINA: PROCESSOS EDUCATIVOS E ORGANIZATIVOS NO BRASIL E CHILE

O presente artigo analisa os processos educativos e organizativos presentes na luta das mulheres camponesas do Brasil e Chile que integram a Via Campesina. No Brasil toma-se por referência o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e no Chile, a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)*. Parte-se do pressuposto que a inserção das mulheres na luta de classe, assim como sua articulação em torno dos interesses estratégicos de gênero em nível local e transnacional foram fundantes para a inserção de uma agenda de gênero na luta política do movimento camponês. Nesse

processo, as mulheres constituem-se como sujeitos de direitos que elaboram o seu capital cultural e político e desafiam os regimes patriarcais de gênero ao transgredirem normas e papéis enraizados na cultura, na organização do trabalho e na própria luta social.

Desde a década de 1990, as mulheres camponesas e indígenas da América Latina têm-se mobilizado para além das fronteiras nacionais e se auto organizado dentro do movimento camponês transnacional. Sua luta se coloca no âmbito da resistência ao modelo de desenvolvimento econômico adotado para o campo e aos impactos sobre a condição de reprodução material e simbólica do campesinato; contra todas as formas de violência e discriminação contra a mulher e, em defesa da justiça social, o que inclui a igualdade de gênero no acesso aos recursos, na participação política e na organização do trabalho.

Para esta análise, tomou-se por base a literatura da temática de gênero, movimentos sociais e educação, pesquisa documental e pesquisa empírica, realizada em 2011, a partir da história oral (MARRE, 1991; PORTELLI, 2006; THOMPSON, 1988), tendo como referência os movimentos supracitados. Inicialmente, aborda-se o processo organizativo das mulheres camponesas no Brasil e Chile. Em seguida, o artigo faz uma análise da organização das mulheres e a inserção da categoria de gênero nas lutas do movimento camponês transnacional. Finalmente, examinam-se os impactos e aprendizados da organização das mulheres do campo.

A experiência organizativa das mulheres camponesas no Brasil e Chile

A organização das mulheres camponesas na América latina, e particularmente no Brasil e no Chile, está profundamente enraizada na luta de classes, na organização do movimento feminista e de mulheres e na luta contra as ditaduras. Em ambos os países, sob o impacto do capitalismo, implementado pelos regimes militares, as mulheres integram à luta contra a exploração, a expropriação e pela democratização política (JAQUETTE, 1991; STEPHEN, 1997; ALVAREZ, 1990; FRANCESCHET, 2005). Para Jaquette (1991) a teoria feminista da América Latina, considerada por alguns autores como “feminismo social” (MOLYNEUX, 1991), constitui-se a partir do envolvimento das mulheres nas lutas sociais.

Através de um discurso de igualdade de gênero, desenvolvido no contexto de consolidação do movimento feminista, as mulheres camponesas despertaram para um novo tipo de ação política que questionava seu status de subordinação de gênero no espaço das igrejas, dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais em que participavam (STEPHEN, 1997). O contato com o discurso feminista, a inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos e/ou como movimento social autônomo, foram essenciais para a politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar. Nesse processo está presente a luta pela distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição concreta enquanto mulher, e classe trabalhadora do campo.

No Brasil, a organização das mulheres está fortemente associada às transformações que ocorreram na agricultura, como resultado da implementação de um modelo de capitalismo transnacional durante o período da ditadura militar (1964-1985) e o avanço das políticas neoliberais nas últimas décadas. O desenvolvimento de uma agricultura com base na monocultura e na mecanização gerou exclusão e o desaparecimento de postos de trabalho, incluindo aqueles desenvolvidos historicamente pela mulher camponesa. Pesquisa de Campos (2011: 130) revela que a expansão do agronegócio no Brasil é acompanhada da exclusão e/ou inclusão precarizada da força de trabalho feminina, contribuindo para a (re) produção da pobreza no campo.

A organização das mulheres camponesas que participam da Via Campesina, em especial as trabalhadoras do MST e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) iniciou no início da década de 1980. Neste período, as mulheres que participavam dos sindicatos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base e do MST se organizavam no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que surgiu no sul e nordeste do Brasil em meados da década de 1980, assumindo a vanguarda para as demandas das mulheres relacionadas ao gênero. Posteriormente, com o objetivo de unificar a luta de gênero com a luta de classes, em 1995, durante o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Desde 2004, na maioria dos estados, com exceção do Norte e Nordeste, os movimentos autônomos

passaram a se organizar nacionalmente através do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

As principais demandas de gênero que potencializaram a organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais têm sido o acesso aos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria e o salário-maternidade¹, sua participação política, sua incorporação nos sindicatos e o reconhecimento de seu *status* social como trabalhadora rural (SCHWENDLER, 2009). De forma contraditória, o trabalho da mulher na agricultura, que é afirmado publicamente na luta pelo seu reconhecimento profissional, ainda é concebido como “ajuda” no interior das relações familiares, como forma de manutenção de uma ordem moral e a hierarquia de gênero (ESMERALDO, 2013). Esta desvalorização e a invisibilização do trabalho feminino refletem uma concepção que não considera como trabalho o que está fora do âmbito das relações mercantis (SCHWENDLER, 2015).

As mulheres que participam da luta pela reforma agrária também se organizaram por dentro do movimento social desde a constituição do MST. Muitas delas, já vinham com grau de consciência política, por estarem inseridas no movimento de resistência que a sociedade brasileira vivia nos anos 1980. Isto contribuiu para que no I Congresso Nacional do MST, realizado em janeiro de 1985 em Curitiba, Paraná, as mulheres já disputassem espaço para garantir uma participação de 30% como delegadas. Além disto, elas organizaram a 1.^a Assembleia de Mulheres Sem Terra e elaboraram um documento com reivindicações específicas, que compôs o documento final do Congresso. Segundo Esmeraldo (2013, p. 248), embora estas ações políticas se constituam como uma primeira demonstração material e simbólica de participação e organização da mulher para o interior do próprio movimento social, “essa representação vai potencializar ações políticas de mulheres Sem Terra, principalmente fora do MST, com mulheres sindicalistas, em parceria com movimentos autônomos de mulheres.”

Para modificar as relações de gênero e as estruturas de subordinação no espaço da luta pela reforma agrária e na organização da família camponesa, as mulheres Sem Terra politizaram as demandas específicas e as transformaram em “interesses estratégicos de gênero” (MOLYNEUX, 1985, p. 232-33). Desse modo, organizaram em

¹ O Brasil foi o primeiro país a ampliar os benefícios de seguridade social para as mulheres trabalhadoras rurais – trabalhadoras assalariadas, trabalhadoras temporárias e trabalhadoras familiares não remuneradas (Deere e León, 2001).

1996, o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra² e constituíram o Coletivo Nacional de Gênero dentro da estrutura organizativa do MST.³ Elaborou-se assim um plano de formação e de ação para ampliar a participação das mulheres nas instâncias de poder e a reconfiguração das relações de gênero no interior do movimento. Neste sentido, o protagonismo das mulheres foi crucial para que o MST adotasse como norma organizativa, a partir de 2000, a cláusula da paridade de gênero.

As mulheres se organizaram também para lutar pelo direito à terra de reforma agrária, reconhecido na Constituição Federal de 1988, mas que se torna compulsório somente em 2003 (Portaria 981/2003). A atuação política das trabalhadoras do campo ganha visibilidade, a partir de 2006, quando como parte da jornada de luta do Dia Internacional da Mulher, elas organizam ações de enfrentamento à expansão do agronegócio no campo (Via Campesina, 2006). Em sua pauta, elas denunciam os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, em especial, a criação de um deserto verde através da monocultura do eucalipto e produção de sementes e plantas transgênicas, assim como a expulsão das populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios. Em contraposição, defendem a agricultura camponesa, com base na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta (SCHWENDLER, 2014).

No Chile, a organização das mulheres do campo ocorre no contexto da ditadura (1973-1990) e da luta pela redemocratização. Contudo, a experiência de participação na luta pela reforma agrária (1967-1973), a partir da lógica da solidariedade familiar, do “mutualismo de gênero”, sedimentou as bases para a organização das mulheres. (TINSMAN, 2002:128). Embora excluídas do principal espaço que protagonizou a luta pela terra, o movimento sindical campesino (Garrett, 1982), e tendo como referência de organização os Centros de Madres (CEMAS), as mulheres vivenciaram, mesmo que de forma limitada, o radicalismo da classe trabalhadora, baseado nos princípios da solidariedade de classe e da justiça social. Com a desestruturação do movimento camponês, provocada pela ditadura militar, foram as mulheres que estiveram na vanguarda. “Durante a ditadura, fomos a frente mais ativa e dinâmica da organização” (F. R., ANAMURI, entrevista, 2011).

² Este Encontro deliberou pela elaboração de um plano de ação tendo como foco a ampliação da participação das mulheres nas instâncias de poder e a construção de novas relações de gênero no interior do movimento.

³ Posteriormente, o Coletivo de Gênero foi transformado em Setor.

As políticas neoliberais, inauguradas na América Latina através do governo militar chileno (DEERE E LEÓN, 2001), que se materializaram na contra-reforma agrária e na reestruturação da economia produziram profundos impactos na condição de sobrevivência do campesinato e na sua organização política. Com a expansão da indústria de fruta para a exportação houve a inserção das mulheres na economia como *temporeras* agrícolas e, conseqüentemente, na organização sindical, de modo que atualmente, muitos sindicatos são liderados por mulheres. Segundo Lago (1987) foi no início da década de 1980 que as mulheres começaram a integrar os sindicatos campestinos (não somente como membros, mas também como líderes) e a discutir questões específicas de gênero, influenciadas pelos movimentos feministas e pelas organizações das mulheres urbanas.

A própria igreja, vinculada aos princípios da teologia da libertação, tornou-se durante a ditadura o principal canal de organização do campesinato chileno, semelhante ao que ocorreu no Brasil, através da Pastoral da Terra. Com a criação da Pastoral Campesina (1976) e posteriormente da Comisión Nacional Campesina - CNC (1982), as mulheres encontram espaço para a participação e, portanto, para a criação de um Departamento Feminino dentro da CNC. Além de desenvolver o trabalho com as mulheres assalariadas, o Departamento Feminino organizava as mulheres na luta pela democratização, dando visibilidade às suas demandas de gênero. Neste processo, elas perceberam que não haviam sido incluídas como protagonistas na reforma agrária.

No Chile, foi a feminização do trabalho, em conjunto com a luta contra a ditadura que trouxe as mulheres para a cena política da história, enquanto organizadoras de um movimento social autônomo, a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* – ANAMURI (1998) e, como líderes sindicais. A ANAMURI representa não somente um importante espaço político que aborda as questões agrárias e de gênero, mas também se constitui como um dos movimentos sociais mais ativos e, sendo representativo de três diferentes categorias: as campestinas, as trabalhadoras assalariadas e as mulheres indígenas. Como um movimento que se coloca contra a desigualdade e discriminação de classe, raça/etnia e gênero, ANAMURI tem lutado pelos direitos das *temporeras*, pela soberania alimentar e a defesa do território e da cultura dos povos indígenas (VALDÉS, 2010).

Essa organização tem tido uma forte atuação dentro do movimento de mulheres chilenas, com destaque para a organização do Dia Internacional da Mulher, trazendo de forma articulada as demandas de gênero e de classe para a arena pública. Em 2009,

como parte de uma campanha mundial da Via Campesina para o fim da violência contra as mulheres (2008), a ANAMURI instituiu um Tribunal Ético *no más violencia hacia las mujeres em el trabajo* (ANAMURI, 2011). Este tribunal visa investigar os casos das trabalhadoras temporárias que morreram em acidentes de trabalho, denunciar o uso indiscriminado de agroquímicos e pesticidas, as condições de precarização do trabalho das *temporeras*, assim como o seu custo social – que implica no quase abandono dos filhos que ficam sob o cuidado dos familiares (SCHWENDLER, 2012). A ANAMURI também tem assumido uma posição de resistência à proposta do estatuto do *temporero*, em discussão desde 2011, e que institucionaliza os interesses do agronegócio. Em seu II Congresso, realizado em novembro de 2014, a ANAMURI incluiu na agenda de luta as demandas por reforma agrária, direitos trabalhistas, reconstituição dos territórios indígenas e soberania alimentar.

A organização transnacional das mulheres e a inserção da categoria de gênero na luta do movimento camponês.

Apesar das especificidades de cada país, e seus efeitos no processo de constituição dos movimentos de mulheres do campo, há diversos elementos que dão unidade à luta das mulheres latino-americanas, o que tem contribuído para a sua organização em nível internacional. Conectadas aos seus movimentos locais, as mulheres camponesas têm se organizado numa luta transnacional contra a violência de gênero e a expropriação de seus territórios. Sua participação desde a constituição da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*–CLOC e da Via Campesina, tem possibilitado a articulação interna, através da assembleia de mulheres e da construção de uma agenda de gênero dentro da luta de classe.

Uma das maiores conquistas da CLOC e da Via Campesina, que surgiram durante a Campanha Latino-Americana dos 500 anos da resistência indígena, afro-descendente, camponesa e popular (1989-1992), foi a globalização da luta social e a construção de uma unidade dentro da diversidade dos povos do campo⁴. A Via Campesina, constituída em 1992 a partir de uma aliança internacional de camponeses,

⁴ A constituição da Via Campesina como um movimento camponês mundial está diretamente vinculada com a organização da CLOC no início dos anos 1990 (Martinez-Torres; Rosset, 2008).

de organizações da agricultura familiar, de mulheres rurais e dos povos indígenas das Américas, Ásia, Europa e África é considerada politicamente como o mais importante movimento agrário transnacional do mundo (BORRAS; FRANCO, 2010; DESMARAIS, 2009).

Como movimento transnacional e identificado em torno de uma identidade camponesa, a Via Campesina formulou um discurso contra hegemônico, que se opõe ao neoliberalismo globalizado, que transforma a agricultura num mero negócio, e expropria as populações camponesas tradicionais de seus territórios. O movimento propõe um modelo alternativo de agricultura e de vida no campo, baseado no paradigma da soberania alimentar, que tem como premissa que a alimentação e a agricultura não se restringem ao comércio e, que para viabilizar o combate à pobreza e à fome, a preservação da vida no campo, a economia e o meio ambiente, assim como a gestão dos recursos de modo sustentável, a produção para os mercados locais e nacionais deve ter prioridade sobre a produção para a exportação (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2008). De acordo com Desmarais, o foco principal da soberania alimentar é a produção de alimentos e os povos que realmente trabalham na terra. Por isso, vai além da compreensão da segurança alimentar defendida pelo agronegócio, como garantia da produção e distribuição de alimentos para todos. O direito e a autonomia na produção do alimento implica o acesso a terra, o que transforma o próprio alimento em território em disputa (FERNANDES, 2015).

Neste contexto, as mulheres da Via Campesina pautaram como elemento central do paradigma, o direito dos povos do campo de produzir seu alimento em seu território. Além disso, acrescentaram a dimensão da saúde humana, que perpassa pela crítica ao modelo de agricultura dependente de agrotóxicos e de plantas geneticamente modificadas (DESMARAIS, 2003, 2009). Ao debate da soberania alimentar, as mulheres acrescentaram as questões da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, adicionando uma perspectiva feminista à consciência de classe, que implica transformações estruturais na sociedade. Apesar das mulheres terem historicamente desempenhado um papel crucial na economia camponesa, garantindo a soberania alimentar e a biodiversidade, na maioria dos países, seu trabalho sem sido considerado como uma ajuda, e as organizações camponesas têm sido majoritariamente construídas a partir da hegemonia masculina. Mas as mulheres da Via Campesina têm-se negado a assumir um papel subordinado. Portanto, elas têm lutado pelo estabelecimento da

paridade de gênero na participação e na representação, pela incorporação das questões de gênero no debate das políticas da agricultura e pela criação de um espaço político internacional de organização das mulheres, que se materializa na Assembleia de Mulheres⁵ (DESMARAIS, 2011).

Aqui nós nos preparamos para qualificar as nossas intervenções no Congresso, porque as mulheres tem medo de falar. E os homens ficaram surpresos com o nível de debate feito por elas. Em cada congresso a Assembleia de Mulheres tem uma responsabilidade política maior para promover a participação das mulheres (F. R. ANAMURI, entrevista 2011).

Desde a I Conferência de criação da Via Campesina que ocorreu na Bélgica em 1993 e a I Conferência da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas – CLOC, em 1994, no Peru, as mulheres participam como protagonistas. Durante a II Conferência da Via Campesina (1996), no México, elas criaram um grupo permanente de trabalho, a Comissão de Mulheres com o intuito de promover ações políticas afirmativas de gênero. Entre outros resultados desta organização, pode-se situar a realização da I Assembleia Latino-Americana de Mulheres, realizada antes da II Conferência da CLOC, em Brasília (1997), que aprovou a paridade de gênero na participação. Em 2000, na III Conferência da Via Campesina, na Índia, 43% dos delegados eram mulheres. A organização da I Assembleia Internacional de Mulheres foi crucial para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade de gênero na comissão coordenadora da Via Campesina (DESMARAIS, 2011).

Além da importância da organização da Assembleia de Mulheres, Deere e Royce (2009, p. 17) apontam outros fatores que contribuíram para a incorporação de uma agenda de gênero na Via Campesina e na CLOC: (1) a organizações de movimentos de mulheres camponesas na década de 1990 que assumiram o feminismo em sua luta; (2) o contato dos movimentos da América Latina com discursos mais avançados sobre igualdade de gênero, proferidos pelas organizações camponesas da Europa; (3) a premissa de que o desenvolvimento de uma nova sociedade, baseada nos

⁵ A Assembleia de Mulheres é um encontro que precede os congressos da CLOC, desde 1997, e da Via Campesina, desde 2000.

princípios da igualdade, da justiça social e da cidadania, implica mudanças nas relações de gênero.

Com base nesta premissa, a III Assembleia de Mulheres, vinculada à V Conferência da Via Campesina, realizada em Moçambique, na África (2008), pautou a transformação das relações de gênero como elemento central do debate da soberania alimentar, ao afirmar que a violência gerada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento da agricultura não pode ser separada da violência contra as mulheres (DESMARAIS, 2011). Neste encontro, a Via Campesina instituiu uma campanha internacional pelo fim da violência contra as mulheres, tendo como um de seus slogans: “A Soberania alimentar significa acabar com a violência contra as mulheres”. A declaração final da conferência afirmou que: “Se nós não erradicarmos a violência contra a mulher dentro dos nossos movimentos sociais, nós não vamos avançar em nossa luta, e se nós não criarmos novas relações de gênero, nós não vamos ser capazes de construir uma nova sociedade” (VIA CAMPESINA, 2008). A este respeito elas afirmam:

A vida das mulheres do campo é afetada pela violência capitalista e patriarcal mantendo-nos à margem e nas condições mais precárias. Sabemos que o sistema dominante traz muitas formas de exclusão e de práticas sexistas que são replicadas cotidianamente em nossas vidas, em nossas relações pessoais e nas nossas relações políticas, quando o nosso conhecimento, nosso trabalho e nossa contribuição econômica são desvalorizados ou negados. O modelo capitalista patriarcal anula a possibilidade de reconhecimento do trabalho feminino e as contribuições das mulheres rurais, tais como a conservação e a recriação dos nossos ecossistemas, nossa biodiversidade, nossos sistemas de saúde e a transmissão do conhecimento agrícola (Via Campesina, 2011).

A IV Assembleia das Mulheres, durante a VI Conferência da Via Campesina, em Jakarta, na Indonésia (2013) afirma a luta contra o neoliberalismo, o patriarcado e pelos direitos das mulheres, destacando que como produtoras históricas de conhecimento na agricultura e na alimentação, principais responsáveis pela produção de alimento nos países mais pobres e defensoras da biodiversidade, as mulheres são as mais afetadas pelas políticas neoliberais e sexistas. Elas destacam que as políticas de

ajustes neoliberais têm aprofundado as condições de opressão e discriminação, através da precarização e instabilidade do trabalho e da desregulamentação das leis trabalhistas, aumentando as situações de violência contra as mulheres e jovens camponesas. Além da luta anticapitalista, as mulheres da Via Campesina afirmam a necessidade do combate à cultura patriarcal enraizada nas organizações sociais, na família e em toda sociedade, por meio da: erradicação de todas as formas de violência e práticas sexistas no campo; promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da discriminação; formação sócio-política, técnica e de gênero dentro das organizações do campo; fortalecimento dos mecanismos de participação das mulheres camponesas na formulação de políticas públicas, no acesso e na gestão de recursos, no acesso à educação e tecnologia. Neste manifesto, estimuladas pela construção de um feminismo campesino e popular desencadeado pelas mulheres da América Latina, elas assumem a bandeira de luta pela “soberania da terra, do território e do corpo”, dizendo não à violência contra as mulheres em todas as suas expressões, e destacam a necessidade de expandir este debate por dentro das organizações que integram a Via Campesina em nível internacional (VIA CAMPESINA, 2013).

Impactos e aprendizados da organização das mulheres do campo.

São diversos os impactos e os aprendizados gerados pela experiência de participação e organização das mulheres do campo na luta de classe e de gênero. Segundo Thompson (1981, p. 182) as pessoas

experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

O trabalho organizativo e formativo das mulheres têm sido crucial para que as necessidades, os interesses e antagonismos de gênero, presentes na experiência de homens e mulheres na esfera pública e privada, fossem compreendidos no nível da consciência e da cultura, gerando ações estratégicas para modificar as assimetrias de

gênero. Como resultado de sua organização, as mulheres ampliaram significativamente seu espaço e sua influência dentro do movimento camponês local e internacional, o que possibilitou a construção de uma agenda de gênero dentro das lutas camponesas (DEERE; ROYCE, 2009). Elas estão mais ativas nas tomadas de decisão, mais visíveis nas ações da Via Campesina e, a posição do movimento transnacional reflete mais claramente uma análise de gênero (DESMARAIS, 2011). A este respeito, I. M. (MST/Via Campesina), afirma: “nós mulheres soubemos agarrar forças com este instrumental da luta, da participação nos congressos, nas assembleias latino-americanas e internacionais. Nós influenciámos e fomos influenciadas” (entrevista, 2011).

O fato da Via Campesina e da CLOC assumirem o conceito de gênero como categoria teórica teve diversos impactos: diminuiu a resistência dos homens e contribuiu na análise e interpretação da condição de desigualdade a que a mulher tem sido historicamente submetida; orientou o desenvolvimento das lutas específicas de gênero e sua relação com a luta de classe (ESMERALDO, 2013); fomentou a adoção da paridade de gênero nos movimentos sociais mistos, em nível local e transnacional. Uma das evidências desse processo é a incorporação, desde 2000, da cláusula da paridade de gênero nas normas organizativas do MST. Para isto, foram fundamentais, tanto o protagonismo das mulheres e sua organização/participação em nível local, nacional e transnacional, assim como a participação do MST como um dos movimentos basilares da constituição da CLOC/Via Campesina.

Um dado relevante é que a experiência de participação na luta pela igualdade de gênero, por justiça social, e contra as distintas formas de discriminação, de exploração do trabalho e de despossessão dos (as) camponeses (as) de seu território, tem gerado um saber social e empoderado as mulheres da classe trabalhadora do campo. O saber social é “[...] gestado no cotidiano da vida, do trabalho, e da luta diária, é a expressão concreta da experiência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente por estes atores sociais” (DAMASCENO, 1995, p. 25). Entende-se que a experiência de participação em uma organização coletiva como a dos movimentos sociais aqui analisados é formadora de seus sujeitos, que se educam na práxis, através das relações sociais que o movimento produz e reproduz, e que acabam interferindo em diversas dimensões do ser humano. Caldart (2000), ao estudar a luta pela terra, desenvolvida pelo MST, afirma que existe uma “pedagogia do movimento” que se constitui na historicidade das ações e das reflexões pedagógicas dos movimentos sociais. Outros estudos (GOHN, 1999; CALDART, 2000; ARROYO,

2003; SOUZA, 2006; SCHWENDLER, 2015) também confirmam que a luta social carrega uma pedagogia que educa quem dela participa. Isto ficou evidenciado por meio da participação e organização das trabalhadoras do campo no movimento mais amplo de luta pela transformação das estruturas da sociedade e das condições de trabalho e vida no campo, assim como por meio da luta específica de gênero, que atravessa todas as relações sociais, culturais, econômicas, políticas, da escala local à transnacional.

Essa participação nos espaços de luta política, de formação e de organização têm ampliado o conhecimento e a capacidade organizativas das mulheres. F. A. (ANAMURI, entrevista 2011) destaca que “ao fazer parte deste grande movimento, nós manejamos mais informações que as outras organizações: informação nacional e internacional. A mulher se sente com mais poder. Quando sentamos numa mesa de negociação com o governo, sabemos o que estamos discutindo”. A participação da mulher na luta de classe do movimento camponês, na esfera local e internacional, assim como sua organização em espaços específicos, têm gerado um capital cultural e político, na perspectiva de Bourdieu (1986). Ao se apropriar do debate teórico sobre a agricultura e os projetos de desenvolvimento do campo em disputa, assim como da construção social e histórica dos papéis de gênero e da hegemonia masculina na cultura camponesa, a mulher amplia a possibilidade da construção de estratégias que promovam transformações no trabalho, na cultura, nas políticas e nos espaços organizativos. Além disso, as relações políticas e formativas que se realizam na organização das mulheres e na sua intervenção no movimento camponês potencializam a formação e a luta contra o avanço de políticas neoliberais de desterritorialização dos povos do campo, de destruição das economias camponesas e de suas identidades culturais, a exemplo das ações desencadeadas pelas mulheres no Brasil e no Chile, como já discutido na primeira parte deste artigo.

De acordo com Esmeraldo (2013, p. 254) ao “incorporar nova base de conhecimento, novo saber/fazer militante e político, o perfil das experiências das mulheres (antes restrito ao mundo familiar e doméstico) começa a mudar e a agregar novos componentes de saber, apreendidos na luta, na resistência, nas audiências e nas negociações”. Destaca-se, no entanto, que estas transformações afetam as mulheres de modo distinto, de acordo com a sua posição de classe, étnica e geracional, o seu papel nas lutas sociais e as diferentes formas de organização familiar (SCHWENDLER, 2014). Ao analisar a participação da mulher na luta pela terra, Medeiros (2010) destaca que a reorganização dos papéis de gênero é mais visível nas mulheres que assumem

posições de liderança e têm maior acesso aos cursos de formação. De acordo com Brumer e dos Anjos (2010), esta posição das mulheres que assumem funções permanentes na esfera pública é mediada pelo conhecimento técnico, organizacional, burocrático e político, em comparação com aquelas que só têm uma participação transitória na luta social.

O que se pode verificar é que o “saber de experiência feito” (FREIRE, 1992), construído pelas mulheres, que historicamente vêm participando da luta de classe e se organizando em torno da luta de gênero a partir de uma leitura feminista, tem sido aplicado a diferentes situações da luta contra hegemônica e em diferentes escalas geográficas. O acúmulo de um capital político e cultural contribuiu para que as demandas de gênero fossem identificadas, politizadas e transformadas em estratégias de mutação dos regimes patriarcais de gênero, enraizados na cultura camponesa, na organização do trabalho e na própria luta social.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ANAMURI, *Tribunal Ético: “no más violencia hacia las mujeres en el trabajo”*, parte 1. Santiago, Chile. 2011. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=R0tYpLeWQK8>. Acesso em 02/03/2012.

ANAMURI, *Tribunal Ético: “no más violencia hacia las mujeres en el trabajo”*, parte 2. Santiago, Chile. 2011. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=lbUtk-YYui4>. 02/03/2012.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento. O que temos a aprender dos movimentos sociais. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BORRAS, Saturnino M.; JENNIFER, C. Franco. Food Sovereignty and Redistributive Land Policies: Exploring Linkages, Identifying Challenges. In: WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette A.; WIEBE, Nettie (Eds.). *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*. Halifax: Fernwood. 2010. p. 106–119.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRUMER, Anita e DOS ANJOS, Gabriele “Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão,” in: *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*, eds. Adriana Zarzar Lopes e Andrea Butto (Brasília: MDA, 2010).

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS, Christiane S. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). *Educação e escola do Campo*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

DAMASCENO, Maria Nobre. O saber social e a construção da identidade. *Contexto & Educação*, Ijuí: UNIJUÍ, ano 9, n 38, abr./jun. 1995.

DEERE, Carmen D. and León, Magdalena. *Empowering Women: Land and Property Rights in Latin America*. Pitt Latin American Series. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 2001.

DEERE, Carmen Diana. Women’s Land Rights and Rural Social Movements in the Brazilian Agrarian Reform. *Journal of Agrarian Change*, [s. l.]. Vol. 3, n.1-2, p. 257-288, 2003.

DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. Gainesville: University Press of Florida, 2009.

DESMARAIS, Annette A. The Via Campesina: Peasant Women on the Frontiers of Food Sovereignty. *Canadian Woman Studies/les cahiers de la femme*, [s. l.], v. 23, n.1, p. 140-145, 2003.

DESMARAIS, Annette A. La Vía Campesina: globalising peasants. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 33–53.

DESMARAIS, Annette A. The International Women`s Commission of *La Via Campesina*. In: VISVANATHAN, Naline *et al.* (Eds.). *The Women, Gender and Development Reader Second*. London: Fernwood Publishing Halifax/ Winnipeg; New York: Zed Books, 2011.

ESMERALDO, Gema G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

▲

FERNANDES, Bernardo M. Soberania alimentar como território. In: VIDOTTI, Maria C.; SCHWENDLER, Sonia F (org.) *Conflitos no campo: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2015 (prelo).

FRANCESCHET, Susan. *Women and Politics in Chile*. Boulder, Colo.; London: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

GARRETT, Patricia. ‘Women and Agrarian Reform: Chile, 1964-1973’. *Sociología Ruralis*, Vol 22, 1: 17–28, 1982.

JAQUETTE, Jane S. *The Women's Movement in Latin America: Feminism and the Transition to Democracy*. Boulder, Colo: Westview Press, 1991.

LAGO, Maria Soledad. Rural Women and the Neo-Liberal Model in Chile. In: Deere, Carmen Diana and León, Magdalena (eds.). *Rural Women and State Policy: Feminist Perspectives on Latin America Agricultural Development*. Boulder, CO: Westview Press, 1987: 21-34.

MARTINEZ-TORRES, Maria Helena and ROSSET, Petter M. La Via Campesina: Transnacionalizing Peasant Struggle and Hope. In: Stahler-Sholk, Richard, Valden, Harry E, and Kuenker, Glen David (Eds). *Latin American Social Movements in the Twenty-First Century: Resistance, Power, and Democracy*. United States Of America, Rowmann & Littlefield Publishers, Inc, 2008.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Lopes, Adriana. Zarzar, Andrea Butto. (orgs). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil* /Brasília: MDA: 2010: 7–18.

MARRE, Jacques L. História de Vida e Método Biográfico. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre. v 3, nº 3 (Jan/Jul), 89–141, 1991.

MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, v. 11, n. 2, p. 227-254, Summer 1985.

MOLYNEUX, Maxine, *Women's movements in international perspective: Latin America and beyond*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

PORTELLI, Alessandro (2006). What Makes Oral History Different. In: Perks, Robert & Thomson, Alistair (eds). *The Oral History Reader*. 2nd ed. London and New York: Routledge: 32–42.

▲ SCHWENDLER, Sonia F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: Fernandes, B.M, Medeiros, L.S. de & Paulilo, M.I. (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 2, São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD: 2009: 203-221.

▲

▲ SCHWENDLER, Sônia F. Temporeras and shifting gender relations in Chile's fruit industry. *Ipotesi*, Juiz de fora, v.16, n.1: 87–100, 2012.

▲ SCHWENDLER, Sonia F. International Women's Day in the Brazilian Countryside: New Forms of Political Protest and Resistance. In: History of Women in the Americas. V.2. 2012. <http://journals.sas.ac.uk/hwa/article/view/2090>. 07/09/2013.

▲ SCHWENDLER, Sonia F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, n. 55, janeiro, 2015, p 87-109, 2015.

▲ SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

▲

▲ STEPHEN, Lynn. *Women and Social Movements in Latin America: Power from Below*. Austin: University of Texas Press, 1997.

▲

THOMPS
ON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

▲

▲

THOMPS
ON, Paul. *The Voice of the Past: Oral History*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1988.

▲ TINSMAN, Heidi. *Partners in Conflict: The Politics of Gender, Sexuality, and Labor in the Chilean Agrarian Reform, 1950 - 1973*. Next Wave: New Directions in Women's Studies. Durham [u.a.]: Duke Univ. Press, 2002.

▲ VALDÉS, Ximena. 'Contra el desperdicio de la experiencia social: las temporeras y su acción colectiva'. In Pinto, Julio (ed.) *Mujeres: historias chilenas del siglo XX*. Santiago: LOM Ediciones: 2010: 117–140.

▲ VIA Campesina. *Rompendo o Silêncio (Breaking the Silence)*. Documentário. São Paulo: Via Campesina, Brasil, 2006.

▲

▲

VIA
Campesina. *Declaration of Maputo: V International Conference of La Via Campesina*, Mozambique, October, 2008.

▲

▲

VIA

Campesina. *Greetings from La Via Campesina to the Women of the World*. March, 2011. Disponível em:< www.viacampesina.org>. 02/05/2013.

VIA Campesina. *Manifiesto Internacional de las Mujeres de la Vía Campesina*. Junho, 2013. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/>. 02/07/2014.

▲